

SUMÁRIO

Introdução.....	2
1. Localização e características do empreendimento.....	4
2. Contexto ambiental regional.....	8
3. Contexto arqueológico e histórico-cultural regional.....	10
3.1. Definição das áreas de influência do estudo e fontes utilizadas	10
3.2. Contexto arqueológico e histórico-cultural.....	11
3.3. Remanescentes arqueológicos e bens históricos preservados.....	18
3.3. O potencial arqueológico na área de inserção do empreendimento	21
4. Atividades desenvolvidas e resultados.....	22
4.1. Levantamento extensivo.....	25
4.2. Conclusão.....	30
5. Impactos possíveis e medidas preventivas recomendadas	31
6. Referências bibliográficas.....	33
7. Equipe Técnica.....	35



INTRODUÇÃO

Este diagnóstico arqueológico e histórico foi realizado pela SCIENTIA Consultoria Científica para a área de implantação de empreendimento urbanístico situado na Fazenda Santo Antonio, localizada em áreas adjacentes à divisa entre os municípios paulistas de Monte Mor e Sumaré. A pesquisa encontra-se de acordo com o disposto na Portaria IPHAN nº 230/2002 e na Resolução SMA nº 34/2003, e integrará Estudo de Impacto Ambiental (EIA), realizado pela JGP Consultoria e Participações Ltda. e encaminhado ao DAIA/SMA.

O empreendimento consiste em uma ampliação do Loteamento Fazenda Santo Antônio – Haras Larissa, localizado no município de Monte Mor, junto à divisa com Sumaré, que foi objeto de licenciamento ambiental por meio de Relatório Ambiental Preliminar - RAP (Processo DAIA Nº 13.633/2005) e que recebeu a Licença Prévia Nº 01079, em 29/12/2006, e Certificado GRAPROHAB Nº 255/2007, em 11/12/2007, envolvendo uma área de 913.438,57m² com 212 lotes residenciais unifamiliares. O loteamento dessas 212 unidades será denominado doravante de Fase 1, e corresponde à gleba A na **Figura 1**. Da instrução do Processo DAIA Nº 13.633/2005 constou previsão para uma ampliação futura em áreas remanescentes da Fazenda Santo Antônio, área doravante denominada Fase 2 - correspondente às glebas C, D, E, F, G e H na **Figura 1** - e que é o objeto do EIA¹ no qual se insere este Diagnóstico.

Cabem aqui algumas informações retrospectivas sobre os estudos arqueológicos realizados no âmbito do licenciamento ambiental da Fase 1 do loteamento Fazenda Santo Antonio.

Em 2005, a SCIENTIA Consultoria Científica foi contratada para realizar a avaliação arqueológica da área destinada ao empreendimento aqui denominado Fase 1 (ou gleba A, na **Figura 1**). Os estudos permitiram concluir que a área apresentava elevado potencial arqueológico, tendo sido sugerida, como medida preventiva, a execução de um programa de prospecções arqueológicas (SCIENTIA, 2005), medida convertida em recomendação expressa no Parecer Técnico 9ªSR/IPHAN/SP nº119/2005: o Instituto opinou favoravelmente à emissão da Licença Ambiental Prévia (LAP) para o loteamento, mas determinou a implantação de Programa de Prospecções Arqueológicas Intensivas e Sistemáticas na área diretamente afetada pelo empreendimento, para a emissão das demais licenças ambientais. Para execução do Programa recomendado pelo IPHAN e assim obter a Licença de Instalação para o loteamento, o empreendedor novamente contratou a SCIENTIA Consultoria Científica que, em 2007, realizou os trabalhos de levantamento interventivo (Processo IPHAN nº 01506.001213/2007-13; Portaria IPHAN nº 259, de 20/08/2007): as prospecções arqueológicas sistemáticas realizadas na área da Gleba A do Loteamento Haras Santo Antônio, não identificaram remanescentes materiais de ocupações humanas pretéritas (SCIENTIA, 2007a e 2007b). Após análise dos resultados do referido programa de

¹ O objeto de licenciamento do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é o empreendimento que consiste no parcelamento do solo no interior da propriedade denominada Fazenda Santo Antonio (conforme matrículas 45.511, 45.512, 45.227 do CRI de Capivari e matrícula 106.220 do Registro de Imóveis de Sumaré, Estado de São Paulo), de propriedade de da Empresa Agropastoril GB Ltda. CNPJ 50.098.292/0001-15 e Comercial e Imobiliária Ramo de Ouro Ltda. CNPJ 08.319.143/0001-72, a ser implantado em áreas adjacentes à divisa dos municípios de Monte Mor e de Sumaré.

As diretrizes do empreendimento e do EIA/RIMA foram apresentadas ao DAIA em 25 de maio de 2007 que apresentou o Parecer Técnico DAIA/370/08, Processo SMA 170/2008, de 26 de agosto de 2008, com recomendações para o Termo de Referência do EIA/RIMA. A elaboração do EIA-RIMA está a cargo da JGP Consultoria e Participações Ltda.



prospecções sistemáticas o IPHAN se manifestou favoravelmente à implantação do empreendimento (Ofício 9ªSR/IPHAN/SP nº847/2007; Parecer Técnico nº308/07, de 05/12/2007), no que se refere à Gleba A (Fase1).

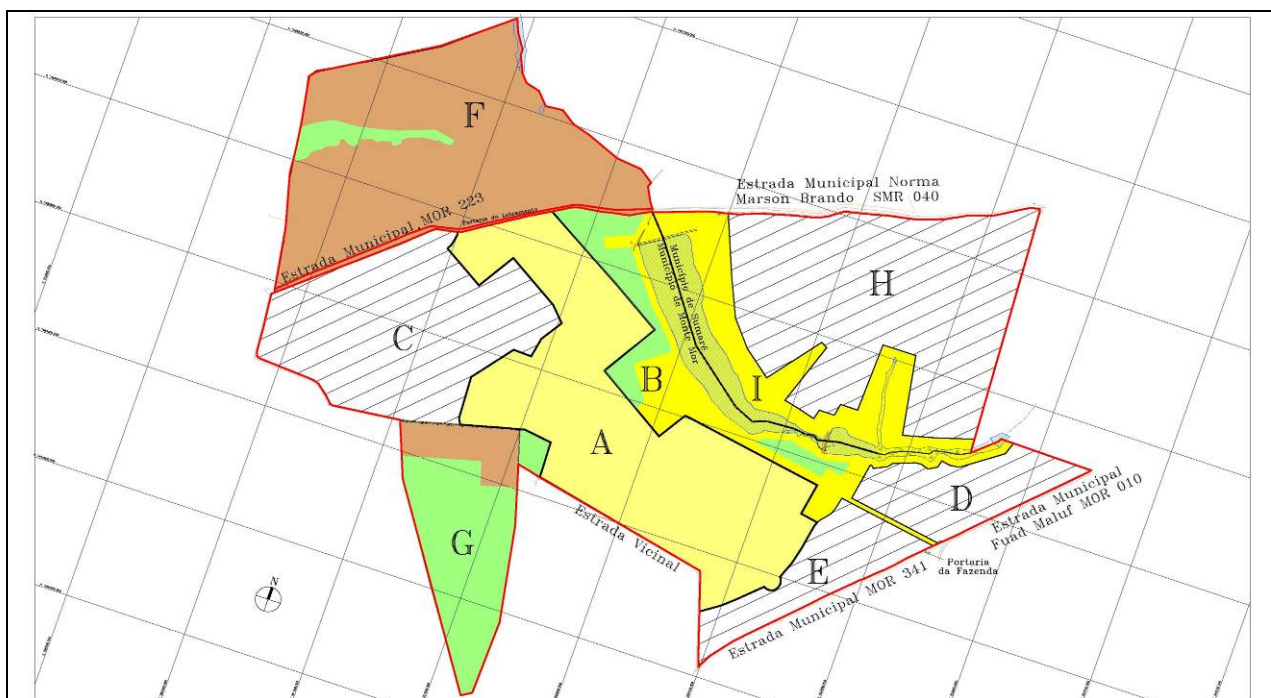


Figura 1 – As glebas C, D, E, F, G e H da Fazenda Santo Antonio correspondem à área de ampliação – Fase 2 - do empreendimento, objeto deste Diagnóstico. A gleba A refere-se à Fase 1 do empreendimento, já detentora de licença ambiental; nesta área realizou-se levantamento extensivo e programa de prospecções intensivas sistemáticas (SCIENTIA, 2005; SCIENTIA, 2007a e 2007b).

O presente documento, além dos estudos realizados com base em fontes secundárias, relativos à área de influência do empreendimento, relata as atividades da avaliação arqueológica não interventiva realizada pela equipe da SCIENTIA Consultoria na área de inserção do novo empreendimento Fazenda Santo Antônio – Haras Larissa, denominada Fase 2, correspondente às glebas C, D, E, F, G e H na **Figura 1**.



1. LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO²

Propriedade da Empresa Agropastoril GB Ltda. e da Comercial e Imobiliária Ramo de Ouro Ltda., a área onde se pretende implantar a ampliação do Loteamento Residencial Fazenda Santo Antonio – Haras Larissa localiza-se em áreas limítrofes à divisa entre os municípios paulistas de Monte Mor e de Sumaré, mesorregião e microrregião de Campinas, na porção sudoeste da Região Metropolitana de Campinas; ocupa parte da Fazenda Santo Antônio, cuja principal atividade é a agropecuária.

A **Figura 1.1** apresenta a situação do empreendimento em relação aos municípios de Monte Mor e Sumaré.

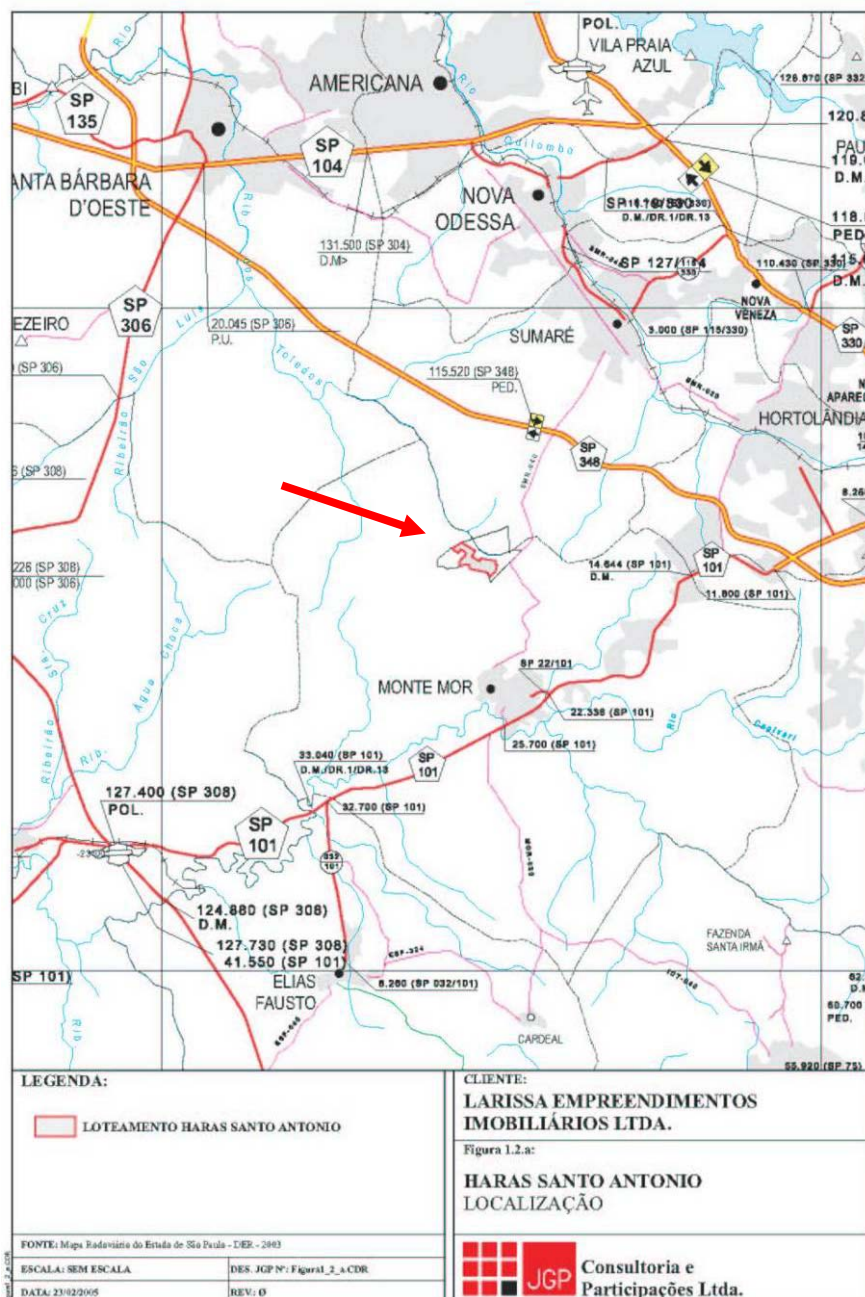


Figura 1.1 – Localização do empreendimento e principais acessos (JGP, 2005).

² De acordo com JGP, 2009.



O principal acesso à fazenda realiza-se por meio do sistema Anhanguera (SP-330)-Bandeirantes (SP-348). A fazenda situa-se a aproximadamente seis quilômetros da Rodovia dos Bandeirantes, que atravessa o município de Sumaré. Os principais acessos à área são realizados pela estrada municipal MOR-223 e SMR-040 (Estrada Municipal Norma Marson Biondo) e estrada municipal MOR-341 e MOR- 010 (Estrada vicinal Fuad Maluf).

O empreendimento consiste em uma ampliação do Loteamento Fazenda Santo Antônio – Haras Larissa, localizado no município de Monte Mor, junto à divisa com Sumaré, que foi objeto de licenciamento por meio de Relatório Ambiental Preliminar - RAP (Processo DAIA Nº 13.633/2005) e que recebeu a Licença Prévia Nº 01079, em 29/12/2006, e Certificado GRAPROHAB Nº 255/2007, em 11/12/2007, envolvendo uma área de 913.438,57 m² com 212 lotes residenciais unifamiliares. O loteamento desses 212 lotes será denominado doravante, de **Fase 1**.

Constou da instrução desse processo a previsão de uma ampliação futura em áreas remanescentes da Fazenda Santo Antônio. A área correspondente a essa ampliação, que doravante será denominada **Fase 2 residencial**, é de 2.664.574,00 m² com parcelamento em 331 lotes residenciais com área média de 2.275 m² cada. Essa área do empreendimento é classificada como zona de expansão urbana pela legislação urbana de Monte Mor. A área a ser loteada para uso residencial é contígua à sede da fazenda e próxima ao reservatório formado pelo represamento do córrego Candelária, que marca a divisa dos municípios de Sumaré e Monte Mor.

Quanto ao parcelamento a ser localizado no Município de Sumaré, o Plano de Trabalho protocolado no DAIA em 23/1/2008 previa o parcelamento do solo na forma de loteamento urbano para fins residenciais. Verificou-se posteriormente, no decorrer dos estudos para elaboração do EIA, que a legislação municipal que determina o macrozoneamento não permite esse tipo de uso do solo, restringindo o parcelamento, para uso rural. Assim, essa área, de 1.169.593,00 m², deverá ser parcelada para formação de 18 lotes rurais que medem, em média, 24.651,32 m² cada um, totalizando 443.723,75m². Essa área será denominada doravante, de **Fase 2 rural**³.

Em síntese, a gleba total da Fazenda Santo Antonio corresponde a uma área de 4.747.605,57 m², composta por quatro matrículas, sendo 3.578.012,57 m² no município de Monte Mor e 1.169.593,00 m² no município de Sumaré. A área a ser parcelada para uso residencial unifamiliar localiza-se integralmente no município de Monte Mor e mede 3.578.012,57 m² sendo 913.438,57 m² correspondentes à Fase 1 - já aprovada pelo Graprohabet - e 2.664.574,00 m² correspondentes à Fase 2 - residencial, empreendimento em fase de estudos para obtenção de Licença Prévia (LP). A área de uso rural, de 1.169.593,00 m² também incluída nos estudos para obtenção de Licença Prévia, insere-se integralmente no município de Sumaré.

A **Figura 1.2** apresenta a gleba A que configura a Fase 1 e foi objeto das pesquisas arqueológicas realizadas em 2005 e 2007 pela Scientia Consultoria Científica Ltda. As glebas remanescentes serão objeto da Fase 2 do loteamento, sendo as glebas C, D, E, F, G, de uso residencial e a gleba H de uso rural.

³ A inclusão do parcelamento da gleba rural, para uso rural, aos estudos do presente EIA, decorre do fato de serem ambos, o loteamento rural e o loteamento residencial, empreendimentos conjuntos, co-localizados, do mesmo empreendedor e que deverão gerar impactos ambientais cumulativamente.



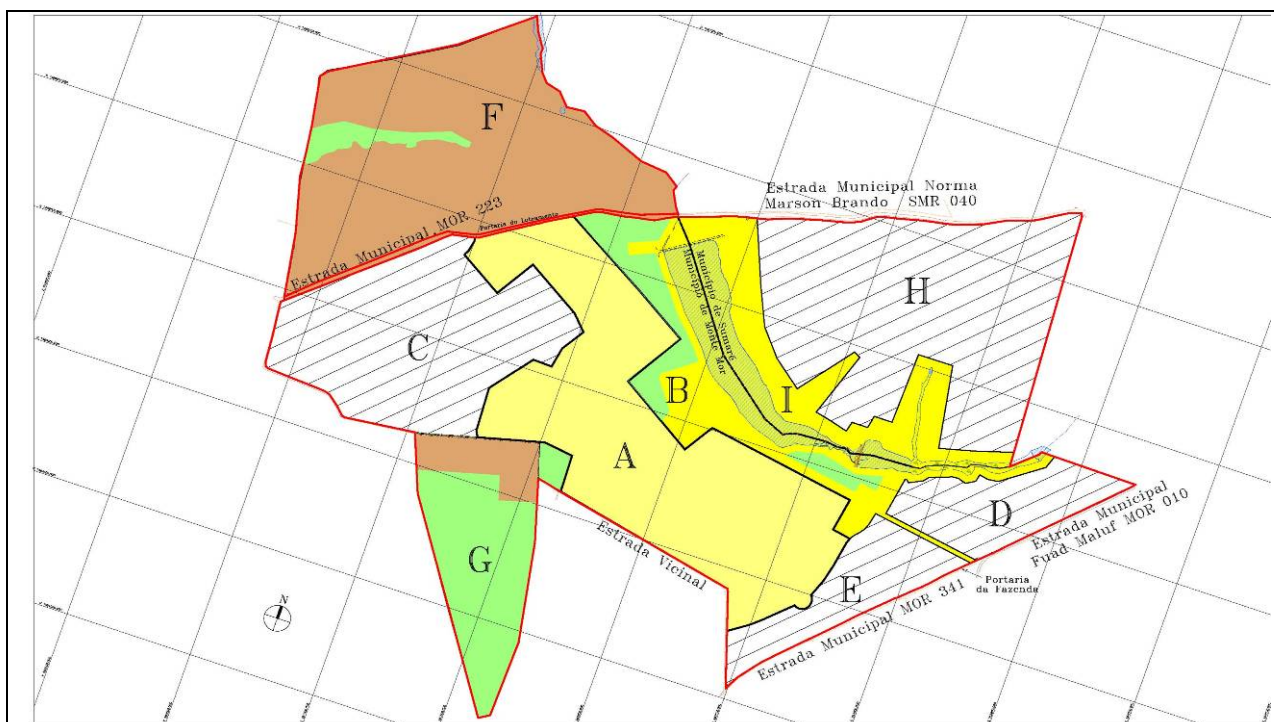


Figura 1.2 – As glebas C, D, E, F, G e H correspondem à área de ampliação – Fase 2 do empreendimento, objeto deste Diagnóstico.

A **Figura 1.3** e o **Quadro 1.1** apresentam a distribuição dos usos do solo da Fase 2 - loteamento urbano e loteamento rural - do empreendimento, cujas glebas foram reorganizadas em setores para fins dos estudos do presente EIA.

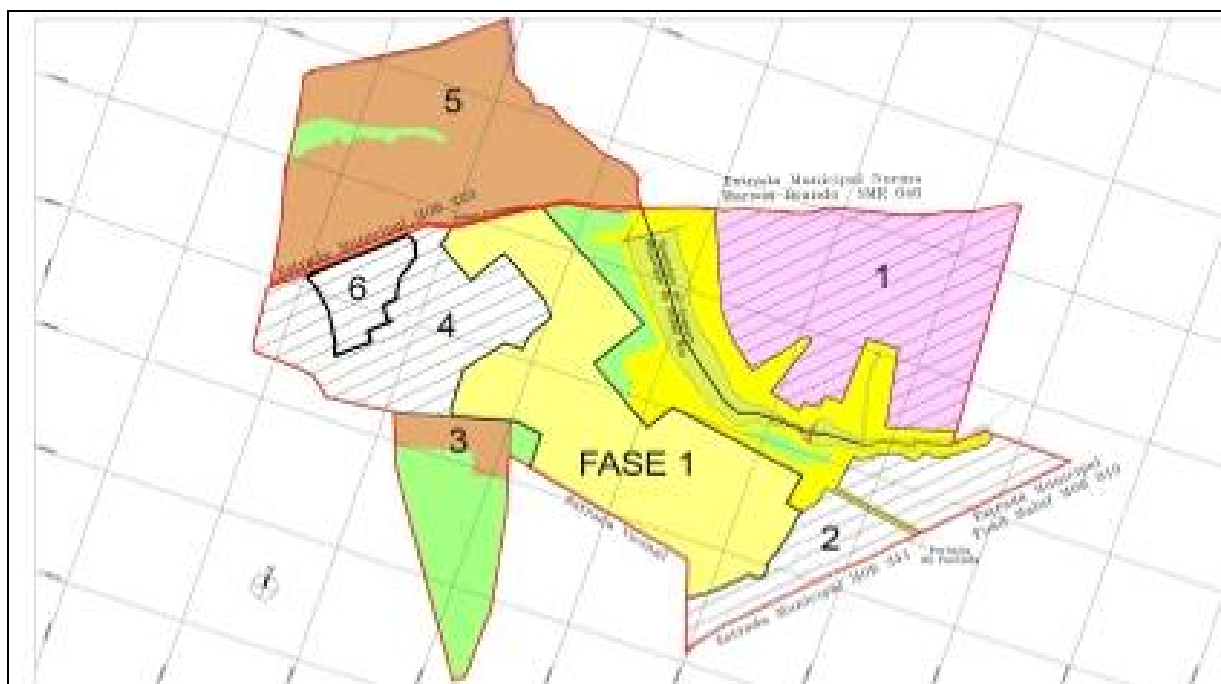


Figura 1.3 – Distribuição dos setores da Fazenda Santo Antônio (Fonte: JGP, 2009).



Quadro 1.1 - Distribuição das áreas urbanas e rurais do loteamento Fazenda Santo Antonio (Fonte: JGP, 2009)

Setor	Área (m²)	Uso	Município	Matricula	CRI
Fase 1	913.438,57	Residencial, Certificado GRAPROHAB N° 255/2007, 11/12/2007	Monte Mor	45.511	Capivari
Fase 2:					
Setor 1	1.169.593,00	Rural	Sumaré	106.220	Sumaré
Setor 2	809.864,53	Residencial	Monte Mor	45.512	Capivari
Setor 3	379.112,64	Residencial	Monte Mor	45.512	Capivari
Setor 4	459.268,79	Residencial	Monte Mor	45.512	Capivari
Setor 5	892.218,00	Residencial	Monte Mor	45.227	Capivari
Setor 6	124.110,04	Residencial	Monte Mor	45.512	Capivari
	2.664.574,00	Total Residencial			

A seguir, as obras previstas para infra-estrutura do loteamento:

- Terraplenagem: o projeto de terraplenagem prevê movimentação de terra com balanceamento interno de corte e aterro, a fim de eliminar a necessidade de áreas externas de empréstimo e bota-fora.
- Dispositivos de acesso às rodovias municipais: prevêem-se interferências com as estradas municipais MOR-010, MOR-223, e SMR-040 para instalação de dispositivos de acesso ao loteamento e adequação dos dispositivos de acesso viário existentes. Essas interferências nas estradas municipais foram autorizadas pelas prefeituras de Monte Mor e Sumaré.
- Implantação do sistema viário pavimentado: o sistema viário do empreendimento é composto por duas vias principais e eixos secundários, formando um conjunto de vias coletoras que dão acesso a uma rede de vias locais, estas desenhadas exclusivamente para acesso às unidades residenciais. Prevê-se, também, um sistema para circulação de pedestres.
- Implantação de redes de abastecimento de água potável, com obras internas para captação de poços, construção de reservatórios e áreas de tratamento.
- Implantação de sistemas individuais de tanques sépticos, construídos e operados segundo a norma NBR 7229/1993 (ABNT 1993) para destinação de esgotos domésticos.
- Implantação de sistema de drenagem urbana convencional, com guias, sarjetas, bocas-de-lobo e galerias, e utilização de áreas baixas de preservação permanente para fins de contenção das cheias sazonais ("piscinão" natural).
- Implantação de rede de distribuição de energia elétrica e de iluminação pública.



2. CONTEXTO AMBIENTAL REGIONAL⁴

O empreendimento está localizado na porção sudoeste da Região Metropolitana de Campinas, na divisa dos municípios de Monte Mor e Sumaré, ocupando parte da Fazenda Santo Antônio, cuja principal atividade é a agropecuária. A área a ser loteada é contígua à sede da fazenda e próxima ao reservatório formado pelo represamento do córrego Candelária, que marca a divisa dos municípios de Sumaré e Monte Mor.

Trata-se de área localizada na Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, UGRHI – 5, e região do Aquífero Tubarão.

A área do empreendimento insere-se na bacia hidrográfica do Rio Piracicaba, junto ao divisor de águas que a separa da bacia do Rio Capivari, especificamente na sub-bacia do córrego Candelária, afluente da margem esquerda do ribeirão dos Toledos.

O córrego Candelária marca, na região, a divisa dos municípios de Sumaré e Monte-Mor; barrado em dois pontos na propriedade, provocou a inundação de parte da planície aluvial. A propriedade inclui, ainda, dois tributários do córrego Candelária, um deles, da margem direita, da nascente à confluência; o pequeno curso d'água tem escoamento sazonal. Do outro tributário, da margem esquerda do córrego Candelária, a propriedade insere duas nascentes, e o alto curso, barrado pela estrada. A jusante da propriedade ocorre a confluência deste último curso d'água com o córrego Candelária. Em um dos talwegues onde se situa a nascente N2 formou-se uma ravina, hoje recoberta por vegetação herbácea pioneira.

A área da *Fazenda Santo Antonio* insere-se na Depressão Periférica, especificamente na zona geomorfológica do Médio Tietê, cujas formas de relevo são em grande parte modeladas em sedimentos paleozóicos, rochas pré-cambrianas e corpos intrusivos, extensos diques de diabásio que sustentam os relevos mais acidentados.

A sub-bacia do córrego Candelária, onde se insere a propriedade, é dominada por colinas amplas, sustentadas por arenitos finos, siltitos, lamitos e diamictitos do Subgrupo Itararé, e por arenitos argilosos, argilitos e conglomerados da formação Rio Claro. Essas formas de relevo de degradação caracterizam-se por topos extensos e arredondados, vertentes com perfis retilíneos a convexos, geralmente um pouco declivosas, e com baixa densidade de drenagem, cujo padrão predominante é o subdendrítico. As amplitudes variam entre 35 e 50 metros, as encostas têm comprimentos de rampa entre 450 e 1000 metros e a inclinação varia de 2% a 8%. Além das colinas, localiza-se a planície fluvial, estreita e descontínua, do córrego Candelária, hoje submersa pelos reservatórios existentes na área. Na região as planícies fluviais são descontínuas, exibem porções alagadiças e canais em geral sinuosos.

Na área em que se insere a *Fazenda Santo Antonio* ocorrem rochas das seqüências Carbonífera-Permiana e Cenozóica da Bacia Sedimentar do Paraná. A Seqüência Carbonífera-Permiana é representada por arenitos de granulação variada, arcósios, conglomerados, diamictitos e ritmitos do Subgrupo Itararé (Grupo Tubarão). No Subgrupo Itararé predominam os arenitos médios a grossos, feldspáticos, além de arenitos finos, conglomerados, siltitos, folhelhos, ritmitos e diamictitos. As rochas mais recentes, da Seqüência Cenozóica, têm idade terciária. São sedimentos, com até um metro de espessura, constituídos por arenitos médios, cascalhos e conglomerados imersos em matriz arenosa e, subordinadamente, por argilitos, siltitos, arenitos finos argilosos. Essas rochas, de modo

⁴ Aspectos do meio físico de acordo com: SCIENTIA, 2007b.



geral, recobrem o topo das formas colinosas. O material de alteração oriundo dos sedimentos cenozóicos é areno-silto-argiloso, rico em grânulos de quartzo, por vezes com seixos de quartzo e limonita dispersos; a espessura varia de 1 a 5 metros. Ocorrem ainda sedimentos aluviais recentes, constituídos por areia fina argilosa, argila orgânica, argila siltosa e cascalhos. Os sedimentos aluviais têm espessuras superiores a 3 metros; na base ocorrem camadas de areias e cascalhos finos. Esses depósitos formam planícies fluviais estreitas e descontínuas e têm ocorrência restrita na área da fazenda.

Afloramentos dessas rochas foram assinalados na estrada municipal, MOR-223; não foram registrados afloramentos na propriedade. Eles são constituídos tanto por siltito amarelado com níveis de argila, intensamente alterado e fraturado; como por siltitos de coloração clara (creme) com intercalações de leitos de arenitos finos. No interior da propriedade os materiais de alteração associam-se à fácies lamito/ritmito.

A área em estudo apresenta argissolos vermelhos-amarelos (Podzólicos Vermelho-Amarelos) e cambissolos háplicos (Cambissolos). Na área ocorre ainda a associação Latossolos Vermelhos (Latosolos Roxos, Latossolos Vermelho Escuros) distróficos + Latossolos Vermelhos distroféricos.

As formas de relevo onduladas, com longas encostas e baixas declividades, representadas principalmente pelo relevo colinoso, foram amplamente selecionadas por populações indígenas agricultoras para o estabelecimento de aldeias; assim, constituem local privilegiado para o encontro de sítios arqueológicos.

O Latossolo Vermelho, solo de alta fertilidade, foi tipo bastante procurado por populações agricultoras para o estabelecimento de roças de mantimentos. Os Argissolos, com alto teor de argila, forneciam matéria-prima para a elaboração de vasilhas cerâmicas, presentes em abundância nos sítios arqueológicos conhecidos da região.

Os basaltos constituíram importante matéria-prima explorada por populações pré-coloniais para a produção de artefatos lascados e, principalmente, polidos – mãos-de-pilão, pilões, lâminas de machado, mós e outros – usados quotidianamente para a agricultura e o processamento de grãos. Seixos de arenito silicificado são material adequado à confecção de artefatos líticos pela técnica do lascamento.

Sítios arqueológicos da tradição Tupiguarani, bem como os da tradição Itararé, comumente são encontrados em relevos abertos e ondulados, nas proximidades de solos com potencial agrícola simples.



3. CONTEXTO ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO-CULTURAL REGIONAL

3.1. Definição das áreas de influência do estudo e fontes utilizadas

Do ponto de vista da ocupação humana pré-colonial, a Área de Influência Indireta para estudo consiste no **vale do Rio Tietê, em seu curso médio**, mais especificamente UGRHI – 5 (Piracicaba, Capivari, Jundiá).

De uma perspectiva da ocupação humana verificada a partir da colonização portuguesa, concomitante ao desaparecimento ou ao afastamento dos grupos indígenas que viviam na região, consideraram-se como Área de Influência Indireta os territórios dos municípios paulistas de **Monte Mor e Sumaré**. Este mesmo território municipal atual foi definido como Área de Influência Direta do estudo; por essa razão, as duas áreas de influência serão tratadas em conjunto no contexto regional arqueológico pré-colonial e histórico.

A Área Diretamente Afetada pelo empreendimento abrange o perímetro definido para sua implantação.

O contexto regional relativo à AII do empreendimento baseou-se no levantamento de fontes secundárias: bibliografia especializada de arqueologia, etnografia, etno-história e história regional; Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos ou CNSA/IPHAN; relatórios de pesquisas decorrentes de processos de licenciamento ambiental. Para a AID foram acrescentadas informações obtidas junto às Prefeituras Municipais, bem como aos museus e outras instituições culturais existentes, além de entrevistas realizadas em 2005 e em 2007 com moradores da área onde será implantado o empreendimento.

Da perspectiva da ocupação humana pretérita e com base nas áreas de influência já mencionadas, na área de inserção do empreendimento distinguem-se duas situações:

1. o povoamento pré-colonial integra-se àquele documentado para o curso médio do Rio Tietê, pois a penetração de populações pré-coloniais na área de estudo deu-se seguindo o vale desse rio principal e de seus afluentes, não possuindo significância arqueológica a conformação sócio-econômica atual. Foi provavelmente no contexto regional da Bacia do Rio Tietê que as populações pré-coloniais que ali se assentaram estabeleceram e mantiveram as relações econômico-sociais intergrupais que caracterizam as sociedades humanas. No período pré-colonial, os grupos humanos de caçadores - coletores e de horticultores deslocavam-se em vastos territórios para obtenção dos recursos naturais necessários à sobrevivência.
2. A ocupação etno-histórica e histórica vinculou-se à expansão da colonização para o oeste paulista, a qual, por sua vez, provocou impactos nas populações indígenas originalmente estabelecidas; nestes impactos incluem-se os deslocamentos, para a região em estudo, de outros grupos indígenas que se interiorizavam buscando fugir – e resistir – ao avanço do homem branco. Este avanço foi bastante significativo na região em estudo a partir do século XVII, uma vez que ela constituiu parte dos caminhos bandeirantes em direção a Mato Grosso, com destaque para as rotas comerciais fluviais denominadas *Monções* e, posteriormente, com o estabelecimento das grandes áreas produtoras de açúcar. Etnográfica e historicamente, a área de inserção do empreendimento vincula-se a cursos d'água tributários do Rio Tietê.



O patrimônio arqueológico e histórico de uma dada região é formado pelos materiais remanescentes das atividades desenvolvidas por seus antigos ocupantes. Portanto, para caracterizá-lo, é preciso:

- a) identificar os tipos de vestígios materiais que podem ter restado dos antigos assentamentos das populações que ocuparam o território da área de estudo, em tempos anteriores e posteriores à colonização européia;
- b) verificar as possibilidades reais de esses vestígios ainda se encontrarem preservados e em que grau de integridade e
- c) avaliar a importância desses vestígios para a memória regional e nacional.

É por essas razões que o contexto arqueológico e histórico a seguir apresentado preocupar-se-á com a cultura material dos diversos ocupantes da região, em busca dos testemunhos relevantes da história regional.

3.2. Contexto arqueológico e histórico-cultural

Os municípios de Monte-Mor e de Sumaré situam-se próximo à sub-bacia hidrográfica dos rios Capivari e Piracicaba, ambos integrantes da bacia do Rio Tietê. Trata-se de importante área de assentamento humano pré-colonial e histórico, localizada a oeste do atual município de Campinas.

O registro arqueológico existente até o momento revela dois momentos ocupacionais para a região: um deles por grupos caçadores-coletores, produtores de artefatos líticos lascados, cujos vestígios encontram-se a céu aberto, e que ocuparam a região ao menos entre 6.000 e 2.500 anos atrás; outro, por horticultores produtores de cerâmica, cujos vestígios também se encontram a céu aberto, testemunhos de ocupação iniciada entre 1.000 e 800 anos atrás, durando até a colonização branca da região.

O **Quadro 3.1** apresenta algumas das ocorrências arqueológicas registradas nas sub-bacias hidrográficas da área do empreendimento.



Quadro 3.1 - Sítios e ocorrências arqueológicas registrados na área de estudo, por categoria⁵.

Município	Sítio ou ocorrência	Categoria	Fontes
Campinas	1 sítio arqueológico lítico, Morro Azul	Pré-cerâmico	SCIENTIA, 2001; CALDARELLI, 2000
Capivari	Achados fortuitos: duas urnas funerárias cerâmicas (uma na área urbana e a outra na zona rural).	Cerâmico (Tradição Tupiguarani)	PEREIRA, PAZINATTO, MARCONDES & AYTAL, 1982; PAZINATTO, 1983.
Limeira	1 sítio lítico 1 ocorrência arqueológica	Pré-cerâmicos	SCIENTIA, 2001; SCIENTIA, 2006; SCIENTIA, 2007 c.
Piracicaba	Achados fortuitos: fragmentos de cerâmica pintada, margem esquerda do Rio Piracicaba.	Cerâmico (Tradição Tupiguarani)	Almanaque de Piracicaba de 1955
	1 sítio multicomponencial	Pré-cerâmico e Histórico	SCIENTIA, 2003
	2 sítios cerâmicos	Cerâmicos	Apud SCIENTIA, 2003
	8 sítios líticos	Pré-cerâmicos	
Rio Claro	Fragmentos cerâmicos na área urbana.	Cerâmico (Tradição Tupiguarani)	SILVA, 1967 e 1968; BELTRÃO, 1974;
	Sítios líticos (MILLER localizou perto de 80 sítios a céu aberto na bacia do Rio Corumbataí)	Pré-cerâmicos	MILLER, 1968, 1969a, 1969b, 1972
Santa Bárbara d'Oeste	7 sítios arqueológicos	Pré-cerâmicos	MORAIS, 1981/82 SCIENTIA, 2001; CALDARELLI, 2000.
Vinhedo	3 sítios arqueológicos	Cerâmicos (Tradição Tupiguarani)	ABREU, 1983
Monte-Mor⁶	2 sítios arqueológicos com material cerâmico e lítico. 8 sítios (2 cerâmicos e 6 líticos), cadastrados pelo Museu Elisabeth Aytai.	Pré-cerâmico e Cerâmico (Tradição Tupiguarani)	MYAZAKI & AYTAL, 1972, 1974; AYTAL, 1987; PAZINATTO, 1984 e 1987; AYTAL, 1991.

As **Fotos 3.1 a 3.4** apresentam exemplares de artefatos líticos lascados, produzidos por antigos caçadores-coletores que ocuparam a região do médio vale do Tietê, os quais foram recuperados durante pesquisas em sítios arqueológicos na SP-348, Rodovia dos Bandeirantes (SCIENTIA, 2001; CALDARELLI, 2001-2002).

⁵ Sítios pré-cerâmicos são aqueles associados a populações caçadoras-coletoras, produtoras de artefatos de pedra pela técnica do lascamento. São diagnosticados pela ocorrência de líticos lascados.

Sítios cerâmicos referem-se aos antigos assentamentos de populações agricultoras, produtoras de cerâmica, que na região são todos pertencentes à tradição Tupiguarani, até o momento. São diagnosticados pela presença de fragmentos de vasilhas de cerâmica, com as características acima apontadas.

Sítios históricos são de dois tipos: aqueles onde se registraram vasilhas cerâmicas produzidas pelos colonizadores da região, em alguns casos com objetos de louça associados, e aqueles onde se registraram pedrneiras de sílex e fragmentos de cerâmica histórica, vestígios de artefatos produzidos desde o final do período colonial até as primeiras décadas da República. Sítios arqueológicos históricos localizados na área de influência do empreendimento encontram-se mencionados no contexto etno-histórico deste Diagnóstico.

O sítio multicomponencial refere-se a um sítio com ocupações superpostas.

⁶ Mais dados referentes aos bens arqueológicos pré-coloniais e históricos encontrados no município de **Monte Mor** encontram-se no **item 3.3** deste Diagnóstico.





Fotos 3.1 a 3.4 – Artefatos lascados de sílex, recuperados nos sítios arqueológicos da Rodovia SP-348. Da esquerda para a direita: ponta de projétil triangular; raspador carenado; ponta de projétil serrilhada; furador (SCIENTIA, 2001).

As **Fotos 3.5 a 3.7** apresentam fragmentos de cerâmica e de louça, resgatados no Sítio Batistada, município de Piracicaba.



Foto 3.5 - Sítio Batistada 1. Fragmentos de cerâmica histórica, decoração escovada.

Foto 3.6 - Sítio Batistada 1. Fragmentos de cerâmica histórica com engobo.

Foto 3.7 - Fragmento de faiança simples. Tipologia: prato (P). Marca de fabricante Maastrich (Holanda), impressa na cor preta.

À época do contato europeu, o médio curso do Rio Tietê integrava território percorrido por grupos da família lingüística Tupiguarani e por grupos Jê, especialmente os Kaingang e os Kayapó Meridionais. Segundo Monteiro (1984), os Kaingang constituíram nação que, entre o final do século XIX e início do XX, destacou-se pela resistência oferecida ao avanço da frente cafeeira no oeste paulista. Os Kayapó constituíam nação guerreira, temida tanto por outros grupos indígenas quanto pelos portugueses; ofereceram intensa e duradoura resistência à colonização – por cerca de dois séculos – e foram alvo de violenta e brutal repressão, que resultou na extinção do grupo (MONTEIRO, 1984).

Historicamente o curso do Anhembi ou Tietê foi um guia seguro para a penetração no sertão, em busca de acessos a Goiás, Mato Grosso e Amazonas: entradas; bandeiras de caça ao índio e de mineração; monções - transporte e comércio de gêneros, ferramentas e todos os utensílios necessários ao cotidiano dos colonizadores; atividades militares e de catequese, foram ações desenvolvidas tendo o Tietê como principal cenário.

No século XVII, segundo Monteiro (1994), o grande motor do povoamento paulista foi efetivamente buscar mão-de-obra indígena no interior. As expedições de grande porte, que levaram à dizimação das reduções guaraníticas do sul, deram lugar a novas formas de organização do apresamento: expedições de menor porte, mais freqüentes e mais dispersas na orientação geográfica, na medida em que os paulistas se viam obrigados a procurar um substituto adequado para os cativos Guarani que haviam alimentado as operações anteriores.



A importância da mão-de-obra indígena e a falta de recursos para bancar expedições longínquas restringiram a maioria dos colonos paulistas à busca por cativos nas regiões mais próximas a São Paulo, levando a um brutal decréscimo da população indígena da periferia da vila paulistana (MONTEIRO, 1994). Conforme Capistrano de Abreu (1954: 81), *as bandeiras no século XVI devastaram, sobretudo, o Tietê, cujos numerosos Tupiniquins depressa desapareceram*. O rarefeito povoamento do sertão paulista acompanhava o esvaziamento das terras indígenas.

O povoamento o interior da Capitania e depois da Província de São Paulo realizou-se a partir de numerosas pequenas povoações e da obtenção de imensas sesmarias pelos colonizadores mais abastados. Com a formação de bandeiras para busca de ouro no território dos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, a partir da segunda metade do século XVII - processo que cresceu, consideravelmente, no século XVIII - vários caminhos foram explorados; a região do médio Vale do Tietê esteve sempre associada àqueles que levavam inicialmente para Goiás e, depois, para Minas Gerais e Cuiabá. Com o declínio das expedições bandeiristas, a capitania entrou num processo de estagnação na segunda metade do século XVIII; somente no último quartel do Setecentos a economia paulista iniciou sua recuperação econômica, com a introdução da agricultura do algodão e do açúcar, entre outros produtos.

Sobre a vida rural paulista nos séculos XVII e XVIII nas grandes propriedades rurais, ligadas sempre a uma vila, é que se obtinham os materiais para as edificações, para a fabricação dos utensílios agrícolas e domésticos, para a confecção de vestuários e para a obtenção de meios de transporte e comunicação (canoas, carros de boi e tropas). Viver na fazenda, constituir o começo de uma povoação significava importância e distinção. A pobreza da vila resultava da supremacia do meio rural sobre o urbano. A residência rural, isto é, *A casa da roça ou do sítio* (...) se compõe de três ou cinco lanços terreiros ou de sobrado, (...) *forrada e cerrada e fechada com suas janelas e portas* (...). Contém, às vezes, um oratório forrado e muitas benfeitorias de carpintaria. *Mostra de uma e de outra parte corredores à roda ou camarinhas ao longo. Ostenta sua varanda e loja ou seu alpendre. Ao lado, a casa da gente, ou dos negros, e as de serviço. Pertinho, o monjolo para pilar o milho* (MACHADO, 1980: 60/1).

As fontes etno-históricas informam que, quando da penetração do colonizador europeu no interior paulista, indígenas de língua tupi-guarani encontravam-se na região do médio Tietê, indicando a longevidade de sua permanência na área, bem como nas margens do Rio Piracicaba, iniciada muito tempo antes, de acordo com os indícios arqueológicos. Há registros históricos dos índios Paiaguá, de fala guarani, na região em estudo.

No século XVIII, com a expulsão dos paulistas da região das Minas do Ouro, após a Guerra dos Emboabas (1709), a demanda do ouro descoberto em Cuiabá intensificou a navegação pelo Tietê, o que iniciou o processo de integração da região do Rio Piracicaba ao sistema colonial. Inicialmente foi zona de passagem das bandeiras e das monções, o que levou à formação de campos de pouso às margens do rio – estruturas improvisadas, de materiais perecíveis - e incursões às zonas de mata, para coletar troncos de ubá, com a finalidade de construir canoas. O caminho terrestre aberto entre São Paulo e Cuiabá, em 1725 – com o objetivo de facilitar o acesso às minas e o transporte de gado e de tropas, dados os perigos da navegação no Tietê – atravessou a região posteriormente sede de Piracicaba. Na mesma época deu-se a ligação terrestre entre a região do salto de Piracicaba e a vila de Itu, por um picadão. Desse início do século XVIII data a ocupação da região próxima ao salto por sesmeiros e posseiros (IBGE, 1957). No local de pouso dos viajantes e comerciantes logo se



organizaram algumas atividades ligadas à construção de canoas e barcos, produção e comércio de gêneros, cuidado dos muare.

Com o declínio das expedições bandeiristas, a capitania entrou num processo de estagnação na segunda metade do século XVIII; somente no último quartel do Setecentos a economia paulista iniciou sua recuperação, com a introdução da agricultura do algodão e do açúcar, entre outros produtos, para exportação. No começo do século XVIII, o movimento maior e mais constante, nos caminhos paulistas, era o das tropas de burros. A construção de ranchos para abrigo dos condutores das tropas e das cargas perecíveis, principalmente o açúcar, cuja produção intensificava-se, era indispensável. Esses ranchos ou pousos eram edificações extremamente simples, portanto, com eventuais vestígios de baixa visibilidade arqueológica (Figura 3.1).



Figura 3.1 – Pouso de tropeiros (RUGENDAS, 1975). “Consiste num grande telheiro, sustentado por colunas de madeira, com divisões especiais, para receber as cargas ou fardos, das mulas, ocupando o viajante tantos quantos o exigirem a carga; existe um terreno, com cerca de cem jardas de circunferência, onde estão fincadas pequenas estacas, distantes uma das outras dez a vinte passos, que servem para amarrar as rédeas das mulas, enquanto são alimentadas, encilhadas e carregadas. Estas estalagens são muito comuns em todos os pontos do Brasil” (MAWE, 1975: 62).

Como já referido anteriormente, a recuperação da economia paulista, a partir do último quartel do século XVIII, teve como principal motor a produção de açúcar, aguardente e algodão para exportação. As regiões de Itu, Jundiaí e Campinas caracterizaram-se por ser das áreas açucareiras mais importantes da Capitania, depois Província paulista.

As novas fazendas canavieiras paulistas, nessa época, formavam-se geralmente em terras havidas por sesmaria, ou por simples posse, esta freqüentemente precedendo àquela. Cada fazenda constituía-se de enormes extensões de terra, uma vez que se caracterizava como um complexo que abrangia: as terras destinadas ao canavial (“itinerante”, de acordo com as técnicas agrícolas predatórias utilizadas) e as terras para o cultivo de mantimentos dos moradores – entre os quais grande número de escravos; as instalações de beneficiamento (que poderiam ou não incluir o engenho); áreas de matas para madeira e lenha; áreas para formação de pastos (dos animais destinados ao trabalho na moenda ou a transportar a cana do canavial ao engenho). Uma fazenda de cana realmente produtiva, além de grande área fértil - incluindo matas com lenhos para construção dos edifícios e para alimentar as fornalhas do engenho e do alambique - deveria dispor de água abundante para movimentar a moenda do engenho, resfriar o alambique, fabricar açúcar e aguardente e servir de aguada aos animais (PETRONE, 1968).



O povoamento do Vale do Tietê foi uma das primeiras preocupações do governo da Capitania paulista durante o último quartel do século XVIII, época em que a administração cuidava de restabelecer a economia regional. Nesse sentido, estimulou-se o povoamento com a concessão de sesmarias, a promoção de núcleos já existentes – como Jundiá, Campinas, Itu, Porto Feliz (de onde se iniciava a navegação fluvial pelo Tietê) e outros - e a fundação de vilas, como Piracicaba; abaixo da foz do Rio Piracicaba, no início do século XIX, já havia moradores esparsos e esboçavam-se os povoados de Tietê, Araraquara, Itatiba, entre outros. Produziam-se gêneros para subsistência e, para exportação, açúcar e aguardente.

De acordo com PETRONE, a (...) *descrição de um engenho paulista da época é coisa bastante difícil devido à ausência quase completa de dados mais precisos sobre as partes componentes*. Além de referir-se aos engenhos remanescentes no litoral norte paulista, que mostram (...) *todas as instalações necessárias para a fabricação do açúcar, inclusive a moradia, numa só construção* (...), a autora cita um documento ímpar para a região do “quadrilátero do açúcar”, datado de 1815 e relativo a engenho a ser construído em Campinas, composto por seis partes distintas: *Em primeiro lugar há a casa do engenho de 16,50 m por 9,68 m; tem duas porteiras de duas folhas e um baldrame com parapeito de madeira lavrada. Há depois uma parte formada por seis lanços, um de 6,60m por 9,68m e os mais de 4,84m por 9,68m. Outra parte é formada por um corredor do comprimento dos lanços com, mais ou menos, 4,84m de largura. O puxado para cobres tem 4,40m por 6,60m. O tendal tem o comprimento dos cinco lanços, é assoalhado com tábuas furadas para as formas de barro. Finalmente existe um sobradinho de 4,40m por 2,64m, com uma porta e escada de tábuas para o engenho e duas escadas, também de tábuas, para o tenda*”; a historiadora conclui tratar-se de um engenho com todas as instalações num só bloco, semelhante ao modelo utilizado pelos primeiros cultivadores de cana-de-açúcar no Mediterrâneo e nas ilhas do Atlântico (PETRONE, 1968:98-100).

A madeira constituía material básico na construção do engenho paulista – e, por extensão, sobressaía o trabalho de carpintaria: os edifícios (esteios, moitões, ripas, portões, escadas, cavilhas, etc); os componentes do engenho: a roda d’água, a bolandeira e o rodete (isto é, três tipos de rodas que moviam as moendas); as moendas, apejador (ou seja, o aparelho que pára o engenho quando preciso), a beia; nos transportes: carros de bois, carretão. Documentos fazem referências a outros materiais e a outras atividades: nas edificações, “barrear e ripar a construção”, “levantar as telhas” (há indicações que o uso de telhas para cobertura não era comum, mas próprio dos engenhos mais prósperos); nos transportes: cipós, arreios, cordas. Havia, também, as peças em metal: as ferragens, os pregos e, principalmente, os “cobres” - isto é, as caldeiras, os tachos e os alambiques – produzidos na cidade de São Paulo e, sobretudo, no Rio de Janeiro (PETRONE, 1968:100-102).

Como se pode depreender das descrições, era perecível a maior parte dos materiais utilizados na construção dos edifícios e dos maquinários. Somente vestígios de materiais mais duradouros – pedra, cerâmica, louça, ferragens - poderiam ser eventualmente resgatados pela pesquisa arqueológica.

A partir de meados do Oitocentos, com o advento e expansão da lavoura cafeeira no interior de São Paulo, o povoamento intensificou-se. Logo se iniciou a construção de estradas de ferro que ligassem as áreas produtoras ao porto de Santos. No médio Vale do Tietê fundaram-se várias companhias: Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Estrada de Ferro Sorocabana, e outras menores.



A região em estudo foi servida pela linha-tronco da Companhia Paulista, aberta com seu primeiro trecho, Jundiaí-Campinas, em 1872. A partir daí, foi prolongada até Rio Claro, em 1876, e depois continuou com a aquisição da E. F. Rio-Clarense, em 1892. Chegou em São Carlos em 1922 e em Rincão seis anos depois. Com a compra da seção leste da São Paulo-Goiaz (1927), expandiu a bitola larga por suas linhas, atravessando o Rio Mogi-Guaçu até Passagem, e cruzando-o de volta até Bebedouro (1929), chegando finalmente a Colômbia, no Rio Grande (1930), onde estacionou. Em 1971, a FEPASA passou a controlar a linha. Trens de passageiros trafegaram pela linha até março de 2001, nos últimos anos apenas no trecho Campinas-Araraquara (GIESBRECHT, 2009).

Os atuais municípios de **Monte Mor** e **Sumaré** inserem suas origens no contexto que vem de ser apresentado.

Durante a segunda metade do século XVIII, instalaram-se na região as grandes fazendas canavieiras, produtoras de açúcar e de aguardente para exportação. A produção, baseada no trabalho escravo, produziu rápido enriquecimento dos fazendeiros e desenvolvimento de inúmeros povoados e bairros rurais, alguns deles elevados à condição de freguesias.

No século XIX, o quadrilátero formado por Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí transformou-se na área principal da produção de açúcar e aguardente para exportação. Nas regiões de Itu e Campinas, contidas naquela área mais extensa, expandiram-se fazendas canavieiras e engenhos (PETRONE, 1968).

Esse foi o caso da *Freguesia de N.S. do Patrocínio da Água Choca* ou *Freguesia de N.S. do Patrocínio do Capivari de Cima*. Entre fins do século XVIII e a primeira metade do século XIX, o território do atual município de **Monte Mor** constituía área de fazenda, formada por agricultores procedentes da então vila de Itu e adjacências.

Pesquisas realizadas em documentos locais e regionais revelaram uma primeira alusão ao nome *Monte Mor* num "traslado de venda e compra de um sítio e terras no Bairro de Capivari de Cima denominado Monte Mor", entre 1838 e 1839. A produção de cana baseou-se, quase exclusivamente, na força de escravos (MUSEU MUNICIPAL, 2001).

A partir doação de terras, realizada por fazendeiro local para patrimônio da Capela de N.S. do Patrocínio de Capivari de Cima, fundou-se povoação, em 1832, já alçada em freguesia de N. S. do patrocínio da Água Choca; quatro anos mais tarde, a Freguesia de Capivari de Cima possuía cinco quarteirões e pertencia à 4ª Comarca da Província paulista, sendo Itu a cabeça do Termo (MÜLLER, 1836). A elevação a vila, com denominação de Monte Mor, ocorreu em 1871 (www.montemor.sp.gov.br).

A tradição agrícola permaneceu como base da economia; no século XX, Monte-Mor tornou-se o principal centro produtor de batatas do Estado de São Paulo. Nas últimas décadas, a multiplicação de indústrias e de loteamentos urbanos atraiu ondas migratórias contínuas para Monte Mor.

As terras do atual município de **Sumaré** integraram antigas sesmarias concedidas entre os fins do século XVIII e início do XIX nas circunvizinhanças do Rio Quilombo; nelas formaram-se fazendas canavieiras, e, posteriormente, cafeicultoras e algodozeiras.

O vilarejo de Quilombo, fundado por volta de 1868 e integrante do território do município de Campinas, constituiu parada de tropeiros e viajantes, e nele construiu-se a capela cujo orago era Nossa Senhora de Sant'Ana.



O povoado progrediu rapidamente após a instalação da estação ferroviária Rebouças (em homenagem ao engenheiro ferroviário Antonio Pereira Rebouças), da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, instalada em 1875. Em 1909, Quilombo passou a denominar-se *Rebouças*; ao redor da estação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro desenvolveu-se o povoado que, em 1920, já possuía energia elétrica, serviço telefônico, escola e atendimento médico. Imigrantes – principalmente portugueses e italianos - foram atraídos para estabelecerem-se na região. Em 1944, o topônimo *Sumaré* foi escolhido por plebiscito e, cerca de dez anos depois, a vila foi elevada à condição de município (Fund. Mun. Pref. Faria Lima, 1990). A indústria têxtil foi importante alavanca da economia local; a rápida industrialização, a partir dos anos 1970, provocou rápido crescimento populacional, especialmente com a chegada de migrantes (www.sumare.sp.gov.br).

3.3. Remanescentes arqueológicos e bens históricos preservados

Nos territórios dos municípios de Monte Mor e Sumaré permanecem testemunhos relacionados aos contextos pré-colonial e histórico apresentados.

Monte Mor

Dois sítios pré-históricos, ambos filiados à Tradição Tupiguarani, foram localizados em Monte-Mor por pesquisadores da USP e da PUCCAMP. Um dos sítios foi objeto de escavações sistemáticas e de datações no Instituto de Física da USP, pelo método da termoluminescência, revelando uma idade média de 800 anos, comprovando uma ocupação, para a região, anterior em cerca de quatrocentos e setenta anos à chegada do colonizador português ao Brasil (MYAZAKI & AYTAI, 1972, 1974; AYTAI, 1987). Os artefatos líticos encontrados nos sítios arqueológicos de Monte-Mor correspondem a mãos-de-pilão, alisadores de cerâmica e pontas de flecha de sílex e quartzito, atestando a convivência de artefatos lascados e polidos. A cerâmica apresenta decoração unglada, corrugada e pintada. Foi evidenciada uma urna funerária piriforme com decoração corrugada e tampa pintada com motivos geométricos. A cerâmica pintada do sítio foi estudada por PAZINATTO (1984, 1987) E AYTAI (1991).

O **Museu Municipal Elisabeth Aytai**, em Monte Mor, cadastrou mais oito sítios pré-históricos na área - sendo dois deles cerâmicos (tupiguarani) e seis líticos, de caçadores-coletores - além de uma série de ocorrências arqueológicas, algumas delas em depoimentos de antigos moradores locais. Em seu acervo, a instituição guarda parte do material encontrado nas pesquisas arqueológicas efetuadas na região (**Fotos 3.8 a 3.10**). O Museu Universitário da PUCCAMP também possui parte desse material em seu acervo.



Fotos 3.8 a 3.10 –pontas de projétil em pedra lascada; artefatos em pedra polida; urna funerária em cerâmica, tradição Tupiguarani (www.montemor.sp.gov.br).



A **Figura 3.2**, a seguir, apresenta croquis de uma aldeia tupi-guarani evidenciada pelas pesquisas arqueológicas já efetuadas.

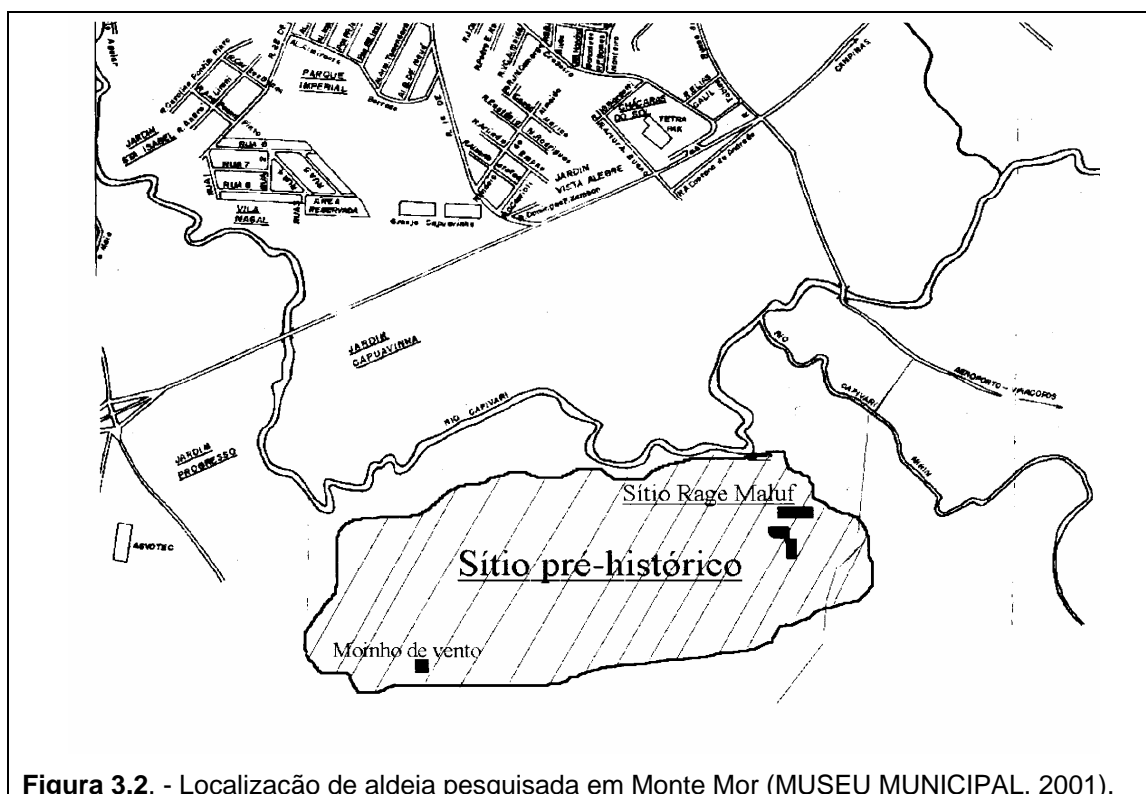


Figura 3.2. - Localização de aldeia pesquisada em Monte Mor (MUSEU MUNICIPAL, 2001).

A memória histórica, em especial aquela referente aos séculos XIX e XX encontra-se, parcialmente, nos vestígios arqueológicos históricos já identificados na região definida como All - como, por exemplo, cachimbos de barro fabricados por escravos africanos e seus descendentes, encontrados em Vinhedo; fragmentos de cerâmica e louça resgatados no sítio arqueológico Batistada, município de Piracicaba (SCIENTIA, 2003) - e ainda nos vestígios arqueológicos e nos bens culturais preservados, na área identificada como AID do empreendimento.

Em Monte Mor, escavações arqueológicas evidenciaram grandes pregos feitos à mão, no *Sítio Quitau*, a pouquíssima distancia da aldeia pré-histórica A toponímia local também mostra grande influência da língua tupi (MUSEU MUNICIPAL, 2001).

Embora não haja bens históricos tombados no município, o *Museu Municipal Elisabeth Aytai* – instituição que desenvolve importante trabalho de preservação e divulgação cultural em Monte Mor - possui em seu acervo remanescentes culturais significativos para o resgate do passado municipal e do regional, incluindo imagens de festas locais tradicionais até meados do século XX, como do Bom Jesus e do Divino Espírito Santo.

Sumaré

De acordo com as informações fornecidas pela Secretaria da Cultura e pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Etnológico e Ambiental de Sumaré (CONDEPHAEA), não há nenhum levantamento efetuado para a área do empreendimento, portanto, sem a conclusão da pesquisa, o Conselho não pode afirmar da existência de sítios arqueológicos ou de bens de importância histórico-cultural identificados.

O **Quadro 3.2** apresenta os bens tombados pelo poder municipal em Sumaré.



Quadro 3.2 – Bens tombados e em processo de tombamento pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Etnológico e Ambiental de Sumaré (CONDEPHAEA).

Bem tombado	Localização
Complexo Ferroviário	Centro
Seminário de Nova Veneza	Nova Veneza
Antiga Sub-Prefeitura	Praça da República - Centro
Igreja do Bom Jesus	Matão
Bem em processo de tombamento	Localização
Complexo da Rua Bandeirantes	Centro
Complexo da Praça da República	Centro
Tombamento da Igreja de Santana - Matriz	Centro
Associação dos Moradores do Jd. Macarenko (AMMA) - jatobeiros	Macarenco
Associação Proprietários Jd. Parque da Floresta - Faz. Sertãozinho, figueiras e alambique	Fazenda Sertãozinho
Bar Paulista	Represa do Marcelo



Foto 3.11 (esquerda) – Estação ferroviária de Sumaré, década de 1960 (www.sumare.sp.gov.br). Trata-se de uma das mais antigas estações da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, inaugurada com o nome de *Rebouças* e que estimulou o povoado homônimo, posteriormente denominado Sumaré. O prédio atual foi construído em 1916 (GIESBRECHT, 2009); restaurado, a Prefeitura utiliza-o como sede da Secretaria da Cultura.

Foto 3.12 (direita) – Sede da antiga Fazenda Sertãozinho (www.sumare.sp.gov.br), exemplar de patrimônio edificado rural.



3.3. O potencial arqueológico na área de inserção do empreendimento

A partir dos dados apresentados neste contexto arqueológico e histórico, pode-se afirmar que a área em estudo apresenta alto potencial para a ocorrência de sítios e ocorrências arqueológicas, considerando-se principalmente:

- os dados fornecidos pelas fontes secundárias, o levantamento de informações no Museu Elisabeth Aitay;
- a existência de diversos sítios arqueológicos na área do município de Monte Mor e municípios de entorno;
- o contexto ambiental da área do empreendimento, extremamente favorável para a assentamento de grupos humanos de caçadores-coletores e de horticultores (colinas amplas, solos preservados e férteis, rede de drenagem);
- a obtenção de informações orais positivas para achados fortuitos de material lítico polido e lascado na área de influência direta do empreendimento, durante as pesquisas arqueológicas realizadas na ADA do empreendimento pela SCIENTIA Consultoria (2005; 2007 a e 2007b).

Esse potencial arqueológico refere-se a possíveis remanescentes de:

- caminhos indígenas e caminhos abertos pelos colonizadores, ligados ao bandeirismo.
- Pousos.
- Pequenas propriedades rurais; capelas.
- Estabelecimentos rurais e seus complexos construtivos, a partir do século XVIII, ligados à produção canavieira e açucareira, nos quais podem permanecer remanescentes da influência cultural indígena e africana, além daquela predominante do colonizador; mais recentemente, vestígios ligados à utilização do trabalho livre de imigrantes.
- Remanescentes relacionados ao período da implantação das ferrovias e de seus complexos construtivos, tais como armazéns, oficinas, caixas d'água, casas para ferroviários, etc.
- Vestígios dos primeiros assentamentos de imigrantes, com base nas pequenas propriedades, as colônias.
- Remanescentes ou edificações dos inícios da industrialização regional.

A permanência de bens edificados preservados, alguns por tombamento, reforça a tese desse alto potencial.



4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RESULTADOS

As atividades de campo realizadas na área diretamente afetada pelo Loteamento Fazenda Santo Antonio – Haras Larissa procuraram levantar o potencial arqueológico ali existente. Para tanto, consideraram-se as informações provenientes dos estudos arqueológicos já realizados na Fase 1 do empreendimento⁷.

A metodologia utilizada para o diagnóstico das ADA formada pelas novas áreas a serem utilizadas para o loteamento teve como objetivos verificar a ocorrência de remanescentes arqueológicos em superfície e identificar o grau de impacto já existente na área, no que se refere principalmente à conformação topomófica original e ao solo, uma vez que as condições atuais do terreno interferem diretamente na avaliação do potencial arqueológico da área, mais especificamente na avaliação da possibilidade de preservação de vestígios arqueológicos na matriz sedimentar.

Para tal, levou-se em consideração não só as características de relevo, vegetação, uso do solo, acesso a fontes de matérias-primas e hidrografia, como também a natureza do empreendimento e, conseqüentemente, os impactos que este poderá exercer sobre os possíveis bens arqueológicos ali existentes. Aqui destacamos a identificação e posterior caracterização de atividades que destroem ou perturbam os recursos culturais, alteram seu contexto e afetam sua preservação (CALDARELLI, 1997:59).

Assim, a metodologia de campo baseou-se em um levantamento oportunístico com registro fotográfico, anotações em caderno de campo e tomada de coordenadas UTM. Os caminhamentos foram realizados principalmente em áreas de solo exposto - tanto em virtude da ação de arado, quanto de bioturbações ou de obras de engenharia (aberturas de estradas gerando cortes em barranco, por exemplo) – nas quais à melhor visibilidade da superfície alia-se a possibilidade de evidenciação, em superfície, de material de interesse arqueológico. Da mesma forma, procurou-se selecionar setores do relevo favoráveis ao assentamento de grupos humanos no passado.

Quanto à tomada de informações de moradores locais acerca da ocorrência de material arqueológico, utilizaram-se neste Diagnóstico as entrevistas realizadas pela equipe da SCIENTIA Consultoria em 2005 e 2007 (SCIENTIA, 2005; SCIENTIA, 2007 a e 2007b), uma vez que, na época daqueles trabalhos, na área do empreendimento era mais significativa a presença de antigos moradores.

A **Figura 4.1** mostra a área total do empreendimento e as glebas objeto do presente estudo, denominadas C, D, E, F, G e H, que constituem a **Fase 2** do empreendimento. Durante os estudos do EIA houve uma reorganização das áreas da Fazenda Santo Antônio, conforme abaixo:

Gleba C	Setores 4 e 6
Gleba D	Setor 2
Gleba E	
Gleba F	Setor 5
Gleba G	Setor 3
Gleba H	Setor 1

⁷ Para o diagnóstico e o relatório de prospecção interventiva na área ver SCIENTIA, 2005; SCIENTIA, 2007a e 2007b.



Partindo das informações advindas da caracterização do empreendimento, do conhecimento gerado pelas pesquisas anteriormente realizadas na área e dos dados contidos no contexto arqueológico e histórico regional e local, a área foi avaliada quanto à possibilidade de ocorrência de ocupações humanas diversas que se manifestem através do registro arqueológico (SCHIFFER, 1987).

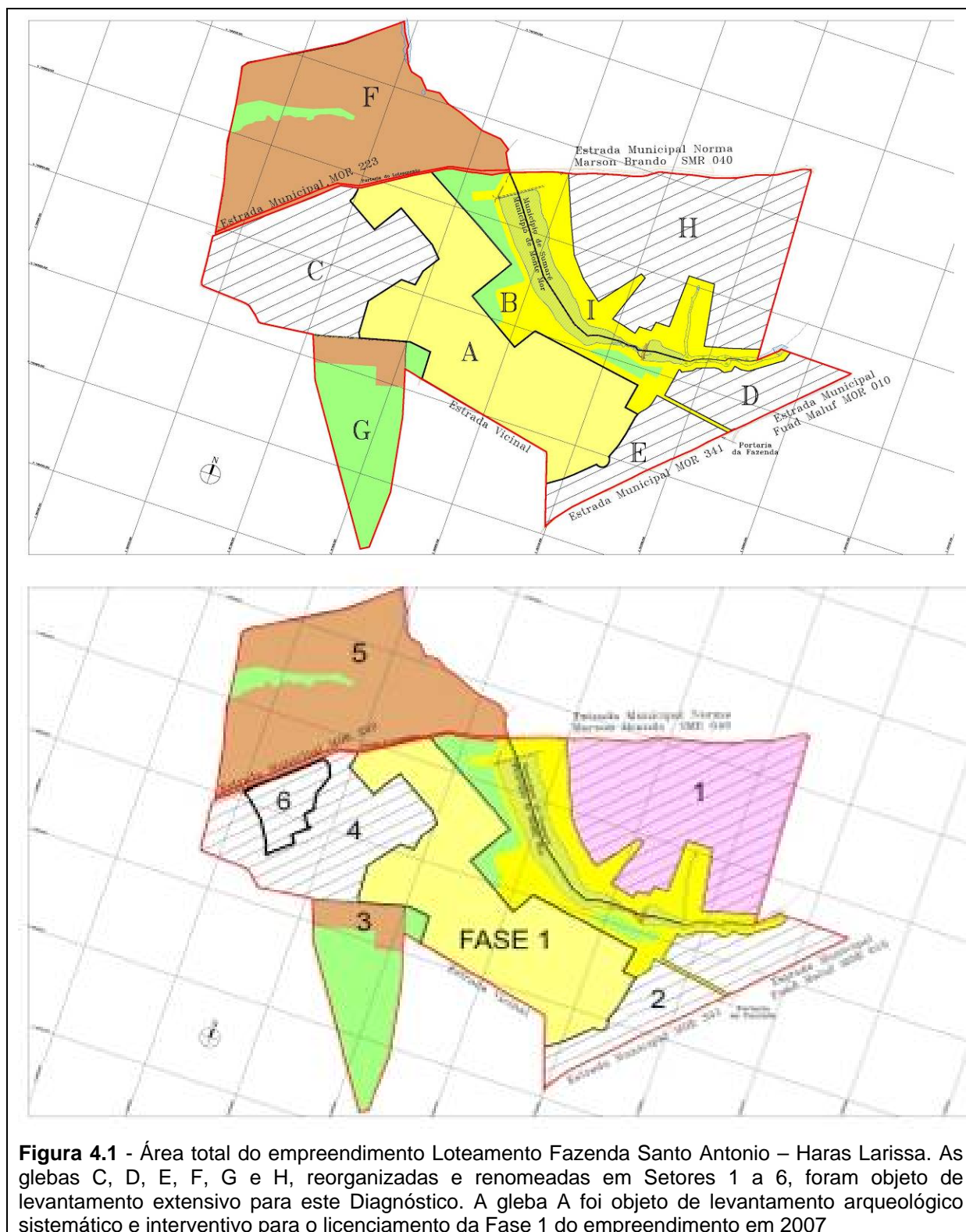


Figura 4.1 - Área total do empreendimento Loteamento Fazenda Santo Antonio – Haras Larissa. As glebas C, D, E, F, G e H, reorganizadas e renomeadas em Setores 1 a 6, foram objeto de levantamento extensivo para este Diagnóstico. A gleba A foi objeto de levantamento arqueológico sistemático e interventivo para o licenciamento da Fase 1 do empreendimento em 2007



O Quadro 4.1 refere-se à divisão das glebas/setores e aos respectivos usos que serão dados a elas, o que indica o grau de impacto a ser gerado no solo.

Quadro 4.1 – Área total do loteamento e áreas pesquisadas para este Diagnóstico.

Quadro 4.1 – Área total do loteamento e áreas pesquisadas para este Diagnóstico.				
Gleba/Setor	Estudos já desenvolvidos	Área (m²)	Uso	Município
A / Fase 1	Diagnóstico e prospecções interventivas	913.438,57	Residencial, Certificado GRAPROHAB N° 255/2007, 11/12/2007 (LP 01079)	Monte Mor
B			Sede da fazenda/APP	Monte Mor
I				Sumaré
Fase 2				
C / Setores 4 e 6	Levantamento de fontes secundárias e bens de interesse histórico / arqueológico.	2.664.574,00	Gleba residencial	Monte Mor
D / Setor 2			Gleba residencial	Monte Mor
E / Setor 2			Gleba residencial	Monte Mor
F / Setor 5			Gleba residencial + Área para golfe	Monte Mor
G / Setor 3	Levantamento extensivo nas glebas C, D, E, F, G e H.	1.169.593,00	Reserva Legal + Setor 3 residencial	Monte Mor
H / Setor 1			Gleba Rural	Sumaré

Como demonstrado no capítulo 2 deste Diagnóstico, do ponto de vista dos recursos ambientais disponíveis para estabelecimento humano, a ADA do empreendimento apresenta grande potencial para ocorrência de remanescentes arqueológicos.

Além do córrego Candelária, que demarca a divisa dos municípios de Sumaré e Monte-Mor - barrado em dois pontos na propriedade, originou dois reservatórios de dimensões distintas, o maior com aproximadamente 140.000 m² e o menor com cerca de 15.000 m² (SCIENTIA, 2005) - a propriedade inclui, ainda, dois tributários desse curso d'água, um na margem esquerda e outro na direita, sendo este último um pequeno curso d'água que tem escoamento sazonal.

A jusante da propriedade ocorre a confluência do curso d'água tributário na margem esquerda com o córrego Candelária. Em um dos talwegues onde se situa a nascente N2 formou-se uma ravina, hoje recoberta por vegetação herbácea pioneira.

A sub-bacia do córrego Candelária, onde se insere a propriedade, é dominada por colinas amplas, sustentadas por arenitos finos, siltitos, lamitos e diamictitos do Subgrupo Itararé, e por arenitos argilosos, argilitos e conglomerados da formação Rio Claro. Essas formas de relevo de degradação caracterizam-se por topos extensos e arredondados, vertentes com perfis retilíneos a convexos, geralmente um pouco declivosas, e com baixa densidade de drenagem, cujo padrão predominante é o subdendrítico. As amplitudes variam entre 35 e 50 metros, as encostas têm comprimentos de rampa entre 450 e 1000 metros e a inclinação varia de 2% a 8% (SCIENTIA, 2005).

Todas essas características ambientais integram um padrão de estabelecimento de sítios filiados à tradição arqueológica Tupiguarani, os quais, em geral, *ocupam a parte superior da encosta de morros que dominam um rio principal navegável; geralmente, nas imediações das*



habitações, passa um córrego ou rio menor que fornece água potável (PROUS, 1995: 376). O rio maior chega a distar até um quilômetro. Os sítios menores, com uma única concentração de material, têm dimensão entre 25 a 400 m². Caso haja um conjunto de concentrações pode chegar à mais de 20.000m² porém, o mais recorrente é que eles tenham entre 2.000 e 10.000 m². Quanto à profundidade, o mais recorrente é que tenham entre 15 até 30 ou 40 cm de sedimento arqueológico (PROUS, 1995).

Nos sítios de terraço, refugio antrópico, reforçado por sedimentação natural, pode chegar a mais de meio metro, e em certos casos a até 1,20m; é provável, portanto, que tenham sido ocupados durante muito tempo (PROUS, 1995: 376-378). Nesses casos, devido à alta densidade de material e profundidade dos sítios, o material é facilmente trazido à tona por ações antrópicas, tais como arado, retirada da cobertura vegetal, ou naturais como lixiviação da camada superficial do solo. O arado gera uma movimentação vertical de até 40 cm e movimentação horizontal de pouca expressão que, não só leva à fácil identificação desse tipo de vestígio como não compromete a análise espacial do sítio (ARAUJO, 2001:123).

Filiam-se à tradição arqueológica Tupiguarani quatro dos dez sítios arqueológicos pré-coloniais registrados em Monte Mor; além disso, esses recursos favorecerem o estabelecimento de populações caçadoras – coletoras, como comprovam os seis sítios arqueológicos líticos localizados na mesma área municipal (MYAZAKI & AYTAI, 1972, 1974; AYTAI, 1987; MUSEU MUNICIPAL, 2001) – dados estes constantes do capítulo 3 deste Diagnóstico.

No que concerne aos sítios arqueológicos conhecidos na região, conforme item 3.3 deste Diagnóstico, os que datam do período histórico são, na maioria das vezes, visíveis em superfície, estando presentes em cotas positivas (no caso das edificações) ou deixando marcas nítidas no relevo (como é o caso dos caminhos de tropeiros). Os vestígios menos visíveis, possíveis em tal área, seriam as áreas de descarte ligadas a essas edificações e os remanescentes de grupos menos abastados, como é o caso dos escravos e colonos livres. “O argumento de que os vestígios materiais ligados aos escravos não se preservaram ou, numa outra perspectiva, não são passíveis de identificação, torna-se insustentável quando examinamos com mais atenção as relações contextuais entre grupos específicos de artefatos, sua distribuição no espaço do sítio e suas associações com estruturas arqueológicas particulares” (SYMANSKI & SOUZA, 2007:215).

4.1. Levantamento extensivo

A seguir, a descrição e os resultados do levantamento extensivo realizado nas glebas C, D, E, F G e H (Setores 1 a 6) da Fazenda Santo Antonio. Conforme já comentado anteriormente, durante os estudos do EIA da Fase 2 do empreendimento houve uma reorganização das áreas, a saber: Gleba C=Setores 4 e 6; Glebas D e E=Setor 2; Gleba F=Setor 5; Gleba G=Setor 3; Gleba H=Setor 1

Gleba A / Fase 1 - Área já prospectada (SCIENTIA, 2007a e 2007b) e liberada para o empreendimento (*Licença Prévia 01079*).

Glebas B e I (*Sede da Fazenda / APP*) - Área de nascente (N2), na divisa dos municípios de Sumaré e Monte Mor. A nascente encontra-se totalmente alterada devido à silvicultura (plantação de eucalipto). O pequeno curso d'água foi canalizado através com uma estrutura cimento. Estas duas glebas não foram objeto do levantamento extensivo.





Fotos 4.1 e 4.2 - Gleba B, vista no sentido sul. Detalhe de curso d'água canalizado (canaleta de cimento), e cobertura vegetal na área de APP. Coordenadas UTM 23K 262057/ 7466364.

Gleba C / Setores 4 e 6 (gleba destinada a uso residencial) – Trata-se de área com cobertura vegetal de pasto, sem visibilidade do solo. Local de alto potencial para a ocorrência de sítios arqueológicos pré-coloniais, uma vez que se trata de colina ampla e extensa, de topo arredondado, próxima a curso d'água, bastante propícia à ocupação humana pretérita. No que concerne a resquícios materiais de ocupações, e seguindo os pressupostos já descritos neste relatório, não foi identificada nenhuma estrutura, artefato ou modificação na paisagem que nos indique a presença de sítios arqueológicos. Destaca-se, nesse caso, a presença de seixos que poderiam ter sido utilizados como matéria-prima por grupos pretéritos, porém, nenhum deles apresentou sinais de utilização.



Foto 4.3 - Vista geral área C, sem visibilidade da superfície do solo. Foto tirada a partir de topo de colina (limite Oeste do empreendimento) com orientação Leste. Coordenadas UTM 23K 260378/ 7465456.



Foto 4.4 - Vistoria de seixo em superfície de canavial, sem sinais de utilização. Coordenadas UTM 23K 260378/ 7465456.



Gleba D / Setor 2 (*gleba destinada a uso residencial*) - Área de colina ampla com declive tênue, com acesso por via entre a habitação ali existente e a Estrada Municipal Fuad Maluf (MOR 010). O solo encontrava-se pouco visível devido à existência de canavial em estágio inicial; nos locais onde o solo encontrava-se parcialmente exposto foi feito caminhamento, mais nenhum material de interesse ou registro arqueológico foi encontrado em superfície.



Foto 4.5 - Via de acesso para habitação rural. Coordenadas UTM 23K 264029/ 7466163.



Foto 4.6 - Colina ampla com declive tênue com canavial em estágio inicial (ao fundo área H). Coordenadas UTM 23K 264029/ 7466163.

Gleba E / Setor 2 (*gleba destinada a uso residencial*) - Área de alto potencial arqueológico em topo arredondado de colina ampla e extensa com plantação de café em estágio inicial, o que prejudicou a visibilidade da superfície do solo para a inspeção arqueológica.



Foto 4.7 - Vista geral da Gleba E. Foto no sentido oeste, apresentando o solo com cobertura vegetal de cafezal e gramíneas; visibilidade de superfície prejudicada. Coordenadas UTM 23K 262796/ 7464882.

Gleba F / Setor 5 (gleba destinada a uso residencial e a área para golfe) - Trata-se de média encosta de colina ampla e extensa. Área de solo parcialmente exposto por canavial e pasto, além de uma construção recente. Foi feito caminhamento no carreador do canavial e nenhum tipo de artefato ou registro arqueológico foi identificado.



Foto 4.8 - Vista geral sentido Oeste da área F.



Foto 4.9 - Caminhamento em carreador de canavial. 23K 260796/ 7465829.

Gleba G / Setor 3 (destinada a Reserva legal e parcialmente a uso residencial) - Área de preservação. Não foi possível a vistoria no local devido à não anuência dos responsáveis pela segurança, que alegaram não estarem cientes da necessidade da visita da equipe de arqueologia.

Gleba H / Setor 1 (destinada a loteamento rural) - Área de pasto, sem visibilidade do solo; relevo marcado por colinas extensas. Nesta área também não foi possível a vistoria arqueológica, pelos mesmos motivos já relatados.

A **Figura 4.2** apresenta as glebas/setores da Fazenda Santo Antonio, incluindo aquelas que foram objeto de levantamento arqueológico extensivo em 2009 (ADA da Fase 2 do empreendimento) e a Gleba A (Fase 1 do empreendimento), objeto de levantamento arqueológico interventivo em 2007.





Figura 4.2 – Situação das setores/glebas C, D, E, F, G e H, objeto do levantamento arqueológico extensivo em 2009; a Gleba A foi objeto de levantamento arqueológico interventivo sistemático em 2007, para o licenciamento da Fase 1 do empreendimento.



4.2. Conclusão

Durante os trabalhos de campo desenvolvidos na área de expansão do empreendimento não foi registrado nenhum material arqueológico. Porém, as características ambientais existentes na área poderiam sustentar diferentes grupos humanos no passado, muitas delas observadas no padrão de assentamento de grupos pré-coloniais já identificados na região de Monte Mor, caso dos sítios arqueológicos associados à Tradição Tupiguarani, o que torna a ADA local de alto potencial arqueológico.

Frente a essa constatação, a pequena visibilidade do solo por ocasião do levantamento extensivo, aliado ao caráter não interventivo da pesquisa nesta fase do licenciamento (obtenção de Licença Prévia), indicam a necessidade de aprofundamento da investigação arqueológica visando uma correta avaliação dos riscos que a instalação do empreendimento pode causar ao patrimônio cultural arqueológico local. A continuidade da pesquisa nas próximas fases do licenciamento ambiental, conforme orienta a Portaria IPHAN nº230/2002 e a Resolução SMA nº34/2003, se dará através da implementação de um Programa de Prospeções Arqueológicas Intensivas na área em questão.

O referido programa deverá considerar as condições atuais da área do empreendimento e o grau de alteração do solo já existente em alguns pontos da área, a saber:

- A **gleba A** (Fase 1 do empreendimento) já foi objeto de pesquisa arqueológica sistemática (SCIENTIA, 2007a e 2007b) e liberada para a instalação do empreendimento.
- As **glebas B e I** apresentam baixo potencial arqueológico devido ao alto grau de alteração já observado, provocada pela construção da sede da fazenda, estruturas associadas, canalização das drenagens, etc.
- As **glebas C, D, E, F, G e H** (Setores 1 a 6 da Fase 2 do empreendimento)⁸ que são objeto deste Diagnóstico, apresentam elevado potencial arqueológico e deverão ser objeto de um programa de prospeções arqueológicas intensivas para a obtenção da Licença de Instalação do empreendimento. A estratégia proposta deverá buscar a verificação arqueológica do maior número possível de pontos dentro da área.

⁸ Conforme já comentado anteriormente, durante os estudos do EIA da Fase 2 do empreendimento houve uma reorganização das áreas, a saber: Gleba C=Setores 4 e 6; Glebas D e E=Setor 2; Gleba F=Setor 5; Gleba G=Setor 3; Gleba H=Setor 1.



5. IMPACTOS POSSÍVEIS E MEDIDAS PREVENTIVAS RECOMENDADAS

A área em estudo apresenta características ambientais favoráveis para a ocorrência de vestígios e sítios arqueológicos, conforme apresentado no capítulo 2 deste Diagnóstico.

Além disso, o diagnóstico do patrimônio arqueológico e histórico-cultural – capítulo 3 deste documento - indicou que a área de inserção do loteamento Fazenda Santo Antonio – Haras Larissa apresenta grande potencial para a ocorrência de remanescentes arqueológicos, tanto do período pré-colonial quanto do histórico. Tal potencial está demonstrado pelos sítios arqueológicos já registrados na AID do empreendimento, e também pelo conjunto de edificações de valor histórico e cultural, relevantes para a memória local, existentes na mesma área de influência.

Mesmo que o levantamento arqueológico extensivo realizado na ADA do empreendimento não tenha identificado vestígios em superfície (capítulo 4 deste Diagnóstico), esse potencial existe e pode apresentar-se na forma de remanescentes relacionados a grupos caçadores-coletores, a grupos ceramistas de tradição Tupiguarani e Jê; às diferentes frentes de expansão da colonização a partir do século XVII – bandeiras, tropas, estabelecimento de caminhos, propriedades rurais e capelas; à construção e operação da ferrovia, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Considerando-se o relevante potencial arqueológico indicado, bem como o fato de que o levantamento extensivo, realizado para a elaboração deste diagnóstico, não exauriu as possibilidades de identificação de bens arqueológicos na área diretamente afetada pelo empreendimento, avalia-se que existe risco de que as obras necessárias para a implementação do loteamento comprometam a integridade de eventuais sítios arqueológicos existentes.

As obras previstas para implantação da infra-estrutura do loteamento Fazenda Santo Antonio – Haras Larissa são as seguintes: terraplenagem (movimentação de terra com balanceamento interno de corte e aterro, a fim de eliminar a necessidade de áreas externas de empréstimo e bota-fora); dispositivos de acesso às rodovias municipais (prevêem-se interferências com as estradas municipais MOR-010, MOR-223 e SMR-040 para instalação de dispositivos de acesso ao loteamento e adequação dos dispositivos de acesso viário existentes; interferências estas autorizadas pelas prefeituras de Monte Mor e Sumaré); implantação do sistema viário pavimentado (o sistema viário do empreendimento compõe-se por duas vias principais e por eixos secundários, formando um conjunto de vias coletoras que dão acesso a uma rede de vias locais, estas desenhadas exclusivamente para acesso às unidades residenciais, com sistema para circulação de pedestres); implantação de redes de abastecimento de água potável (com obras internas para captação de poços, construção de reservatórios e áreas de tratamento); implantação de sistemas individuais de tanques sépticos, para destinação de esgotos domésticos; implantação de sistema de drenagem urbana convencional, com guias, sarjetas, bocas-de-lobo e galerias, e utilização de áreas baixas de preservação permanente para fins de contenção das cheias sazonais (“piscinão” natural); implantação de rede de distribuição de energia elétrica e de iluminação pública.

O risco que o empreendimento poderá causar, no que se refere ao patrimônio arqueológico regional, é a **interferência na matriz de sustentação de eventuais sítios arqueológicos** – até o momento não identificados. Por **interferência total ou parcial em sítios arqueológicos**, entende-se a ocorrência de ações que levem à depredação ou à



profunda desestruturação espacial e estratigráfica de antigos assentamentos, indígenas ou históricos, subtraindo-os à memória nacional.

Os fatores que podem gerar tal impacto estão todos ligados às obras de implantação do empreendimento, em especial as que implicam em serviços de limpeza de terrenos (supressão de vegetação), de terraplenagem para a instalação de infra-estrutura, áreas de apoio e vias de acesso, de escavação para a instalação de redes de abastecimento de água e de estruturas de tratamento de esgotos.

A limpeza de terrenos pode causar interferência parcial em sítios arqueológicos, pois incide sobre camadas superficiais do solo e em porções restritas do terreno, sendo este impacto mais intenso nos sítios superficiais, nos quais o material arqueológico se dispõe na superfície e/ou nas primeiras camadas do solo (até 0,50 metros).

Já as obras de terraplenagem e de escavação podem causar interferência total em sítios arqueológicos, pois incidem de forma profunda em porções restritas (escavação de fundações) ou abrangentes (terraplenagem) do terreno, gerando impacto tanto nos sítios superficiais como naqueles que apresentam material em camadas profundas (abaixo de 0,50 metros).

Tal impacto pode ser caracterizado como negativo, direto, localizado (ADA), permanente, de ocorrência provável, imediato, de alta magnitude, uma vez que incide sobre bens da União (Constituição Federal, art. 20, X) e patrimônio cultural da Nação (Constituição Federal, art. 216, V).

Decorrente das intervenções no solo necessárias à implantação do empreendimento, o impacto sobre o patrimônio arqueológico ainda não conhecido pode ser prevenido, através de um **programa de prospecção arqueológica intensiva**. Trata-se de conjunto de ações que permitem identificar os bens em risco antes que as obras os atinjam, e mitigá-lo, através de um programa de salvamento arqueológico que produza conhecimentos sobre os bens e promova a incorporação dos conhecimentos produzidos à Memória Nacional.

Considerando-se, como mencionado, que a **gleba A**, (Fase 1) já foi liberada para a instalação do empreendimento após a realização de pesquisa arqueológica sistemática e que as **glebas B e I** apresentam baixo potencial arqueológico devido ao alto grau de perturbação do terreno resultante da instalação da sede da fazenda e estruturas associadas, impõe-se levantamento sistemático e exaustivo nas **glebas C, D, E, F, G e H** (Fase 2, **Setores 1 a 6**), como também nas demais áreas que sofrerão intervenção em função das obras (como os dispositivos de acesso, etc), com o objetivo de evitar que o eventual patrimônio arqueológico nelas existente seja colocado em risco.

O programa de prospecção arqueológica intensiva, recomendado para a área de intervenção do loteamento Fazenda Santo Antonio – Haras Larissa, deve incluir um programa de valorização do patrimônio arqueológico, conforme também orientam a Portaria do IPHAN nº 230/2002 e a Resolução SMA nº 34/2003.

A responsabilidade da implementação das medidas e ações acima indicadas é do empreendedor.



6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, A. M. de - A Pré-História de Vinhedo. *Revista Paulista de Arqueologia*, 2. São Paulo, Instituto Paulista de Arqueologia. 1983
- ABREU, J. Capistrano de - *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro, Liv. Briguet, 1954.
- ANÔNIMO - Achados arqueológicos de origem pré-colombiana, em Piracicaba. *Almanaque de Piracicaba*. Piracicaba, 1955: 207-209.
- ARAUJO, Astolfo. *Teoria e método em Arqueologia Regional: um estudo de caso no alto Paranapanema, Estado de São Paulo*. Tese de doutorado-USP: São Paulo, 2001.
- AYTAI, D. - *Contribuição ao estudo da pré-história da região de Monte Mor, Campinas*. Campinas, Museu Universitário, PUCCAMP, 1987: 717.
- _____- Um estilo de decoração tupi: ordem no caos. *Publicações do Museu Histórico de Paulínia*, 48. 1991.
- BELTRÃO, M.C.M.C.- Datações arqueológicas mais antigas do Brasil. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, 46(2). São Paulo, 1974:212-251.
- BRUNO, Ernani Silva - *Viagem ao País dos Paulistas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1966.
- _____- *História do Brasil Geral e Regional*, vol, V. Rio de Janeiro, Livr. José Olympio Editora, 1968.
- CALDARELLI, Solange B. - *Projeto de Levantamento e Resgate Arqueológico na Faixa de Domínio do Prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes (SP-348) – Relatório Final*. São Paulo, Scientia, 2000.
- _____- Avaliação dos impactos de grandes empreendimentos sobre a base de recursos arqueológicos da nação: conceitos e aplicações. In: *Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural*. Goiânia, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás/ Fórum Interdisciplinar para o Avanço da Arqueologia, 1997: 57-65.
- _____- A Arqueologia do interior paulista evidenciada pos suas rodovias. *Revista de Arqueologia*, 14-15. São Paulo, SAB, 2001-2002: 29-55.
- GIESBRECHT, R.M. – Estações ferroviárias do /estado de São Paulo. Dados disponíveis em <http://www.estacoesferroviarias.com.br>, 2009.
- IBGE – *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Vol. XXVIII. Rio de Janeiro, 1957.
- JGP – EIA-RIMA: Loteamento Fazenda Santo Antonio – Haras Larissa, Monte Mor, SP. São Paulo, JGP, 2009.
- KAMIDE, E.H.M. e outros (coord) - *Patrimônio cultural paulista: bens tombados 1968-1998*. São Paulo, IOE, 1998.
- MACHADO, Alcântara - *Vida e Morte do Bandeirante*. Belo Horizonte/Itatiaia, São Paulo/EDUSP, 1980.
- MAWE, John - *Viagens ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte/Itatiaia, São Paulo/EDUSP, 1978.
- MILLER Jr., T. - *Duas fases paleoindígenas da Bacia de Rio Claro, Estado de São Paulo - um estudo em metodologia*. Tese de doutoramento apresentada à FFCL de Rio Claro, 1968.
- _____- *Sítios arqueológicos da região de Rio Claro, Estado de São Paulo*. Rio Claro, FFCL, 1969a.
- _____- Pré-História da região de Rio Claro, SP: tradições em divergência. *Cadernos Rioclarense de Ciências Humanas*, 1969b (1): 22-52.
- _____- Arqueologia da Região Central de São Paulo. **DÉDALO**, São Paulo, 1972 (16): 13-118.
- MONTE MOR – Dados disponíveis no site www.montemor.sp.gov.br



- MONTEIRO, John M. – Vida e morte do índio: São Paulo Colonial. In: Vários Autores – *Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração*. São Paulo, Yankatu Ed./ Comissão Pró-Índio, 1984:21-44.
- _____. - *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Cia. das Letras, 1994.
- MORAIS, J. L. de - Os artefatos em sílex de Santa Bárbara d'Oeste, S.P. *Revista do Museu Paulista*, n. s., 1981/82 (28): 101-114.
- MUSEU MUNICIPAL ELISABETH AYTAL - *Monte Mor relembra seu passado*, vol. 1. 3ª edição. Monte Mor, 2001 (CD-ROM).
- MYAZAKI, N. & D. AYTAL - Escavações de uma aldeia pré-histórica de Monte Mor. *Rev. da Pontifícia Universidade Católica de Campinas*, 1972 (16) 35.
- _____. - *A aldeia pré-histórica de Monte Mór*. Campinas, PUCCAMP, 1974.
- PAZINATTO, R. P. - Uma segunda igaçaba de Capivari. *Publicações do Museu Municipal de Paulínia*, 1983 (23).
- _____. Análise das cores e desenhos lineares na cerâmica pré-histórica de Monte Mor. *Publicações do Museu Municipal de Paulínia*, 1984 (27).
- _____. Análise das cores e desenhos lineares na cerâmica pré-histórica de Monte Mor. *Publicações do Museu Municipal de Paulínia*, 1987 (35).
- PEREIRA, M. A.; R. P. PAZINATTO, S. E. MARCONDES & D. AYTAL - Uma igaçaba de Capivari. *Publicações do Museu Municipal de Paulínia*, 1982 (21).
- PETRONE, M. T. S – *A Lavoura Canavieira em São Paulo. Expansão e Declínio (1765-1851)*. São Paulo, DIFEL, 1968.
- PROUS, André P - *Arqueologia Brasileira*. Editora UNB: Brasília, 1995.
- RUGENDAS, J. M. – *Viagem pitoresca ao Brasil*. São Paulo, EDUSP, 1975.
- SANTOS, M.C. M. M. dos - *A problemática do levantamento arqueológico na Avaliação de Impacto Ambiental*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 2001.
- SCHIFFER, M. B. - *Formation Processes of the archaeological record*. University of New Mexico Press, 1987
- SCIENTIA Consultoria Científica - *Levantamento e resgate arqueológico na faixa de domínio da Rodovia dos Bandeirantes (SP-348) – Relatório Final*. São Paulo, Scientia, 2001.
- _____. - Relatório Final – Salvamento Arqueológico do Sítio Multicomponencial Batistada, Rodovia do Açúcar, SP. São Paulo, SCIENTIA Consultoria, 2003.
- _____. - *Diagnóstico Arqueológico da área de implantação do Loteamento Haras Santo Antônio, Monte Mor, SP*. São Paulo, SCIENTIA Consultoria, 2005.
- _____. - *Relatório Técnico: Avaliação Arqueológica na Área de duplicação da Rodovia Eng. João Tosello (SP-147), Km 104+600 ao Km 106+320, Município de Limeira, SP*. São Paulo, SCIENTIA Consultoria, 2006.
- _____. - *Projeto: Levantamento Arqueológico na área de implantação do Loteamento Haras Santo Antônio, Monte Mor, SP*. São Paulo, SCIENTIA Consultoria, 2007a.
- _____. - *Relatório final: Levantamento Arqueológico na área de implantação do Loteamento Haras Santo Antônio, Monte Mor, SP*. São Paulo, SCIENTIA Consultoria, 2007b.
- _____. - *Relatório Final: Salvamento Arqueológico do Sítio Limeira, Rodovia Eng. João Tosello (SP-147), município de Limeira, SP*. São Paulo, SCIENTIA Consultoria, 2007c.
- SUMARÊ – Dados disponíveis no site www.sumare.sp.gov.br
- SYMANSKI, L. C. & SOUZA, M. A. T. O registro arqueológico dos grupos escravos: Questões de visibilidade e preservação. (IN) LIMA, T. A. (Org.). *Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, No 33/2007.



7. EQUIPE TÉCNICA

Coordenação geral:	Ms. Maria do Carmo M. M. dos Santos
Consultoria e pesquisa bibliográfica:	Dra. Solange B. Caldarelli
Pesquisa bibliográfica, sistematização dos dados e redação:	Ms. Eneida Malerbi
Pesquisa de campo:	Arqueólogo Vinicius Melquiades dos Santos Geógrafo José Eduardo Abraão
Arte final:	Sérgio da Silveira

